

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO

THE MST (LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT) AND THE STRUGGLE FOR JUSTICE IN RURAL AREAS

Valdete Padilha Batista de Paula

Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 05 - 2018.

Maria Emilia Rodrigues

Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER.

RESUMO

O trabalho se propôs a abordar o assunto: “Movimentos Sociais”, especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de modo que viesse a contribuir na mudança de visão das pessoas em relação ao mesmo, superando a visão passada pela mídia que criminaliza esses movimentos mostrando os seus integrantes como "bandidos" e "baderneiros". Assim buscou-se mostrar a outra realidade, trazendo de forma resumida a modernização da agricultura e agravamento da questão terra no Brasil, a atuação dos movimentos sociais e principalmente do MST, sua trajetória histórica e a luta por justiça social no meio rural brasileiro. Com isso espera-se fazer com que as pessoas percebam a injustiça social no campo, identificando assim a atuação dos movimentos sociais como exemplo de cidadania e democracia. A presente pesquisa foi de natureza bibliográfica e utilizou-se de diversas fontes como livros, artigos, jornais, vídeos documentários, reportagens, entre outros. Para finalizar o trabalho é mostrado os resultados trazidos por alguns assentamentos rurais, pesquisados em diversos documentos, que apresentam as ações do movimento sendo concretizado na prática com as conquistas das famílias assentadas, na produção, organização e comercialização, mostrando assim que a reforma agrária é eficiente e que o MST é o grande responsável por essas conquistas.

Palavras-chave: Movimento social. Reforma Agrária. Justiça. Assentamento.

ABSTRACT

The objective of the following paper is to discuss “Social Movements”, specially the MST (Landless Rural Workers Movement), in order to present a different point of view regarding the movement, which is usually discriminated by the media that shows its members as criminals and hooligans. Thus, it tried to show a different reality by showing, briefly, the modernization of agriculture and the intensification of the land issue in Brazil, the initiatives of social movements, specially the MST and its history and struggle for Brazilian rural social justice. The intention is to make people realize rural social injustice by identifying the initiatives of social movements like the ones involved in citizenship and democracy. The following paper has used a bibliographical review from several sources such as books, articles, newspapers, documentaries, reports, and others. Finally, the study shows the results of some rural settlements, from several documents, which have initiatives from the movement that brought benefits to the settlement families as well as in the production, organization and commerce. In addition, it shows that the agrarian reform is efficient and that the MST is responsible for several achievements.

Keywords: Social Movement. Agrarian Reform. Justice. Settlement.

INTRODUÇÃO

Falar de Movimentos Sociais não é algo fácil, ainda mais se tratando do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, visto que existe muito preconceito pela população por essas organizações. Fato esse que é reforçado pela mídia que passa uma imagem distorcida dos mesmos, para a sociedade, ocultando assim, sua verdadeira causa e luta, criminalizando os mesmos.

Porém não se pode culpar a população em geral, pelo preconceito, visto que essa visão distorcida é reforçada pela mídia com a intenção clara de prejudicar a imagem dessas organizações.

Entre os jovens não é diferente o preconceito que há, pois nas escolas quando se trabalha o tema em sala de aula, logo se ouve palavras ofensivas a esses movimentos. Então percebe-se que há um enorme preconceito e discriminação de toda a sociedade pelos movimentos sociais, entre eles, o mais conhecido que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Diante dessa problemática se optou por desenvolver o presente trabalho com esse tema, a fim de se aprofundar mais sobre o assunto, e também para que sirva de apoio para os professores levarem para sala de aula, para ser trabalhado com os alunos, visando mostrar o outro lado dos movimentos sociais, ocultado pela mídia. Para assim desconstruir a imagem passada pelos grandes meios de comunicação, levando a compreensão da atuação dos movimentos sociais como exercício de cidadania e democracia na construção de uma sociedade mais justa e no caso do MST para que haja justiça social no meio rural brasileiro.

Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica acerca da temática: Movimentos Sociais, visando alcançar os objetivos propostos. Assim a pesquisa foi realizada por meio de leitura de materiais diversos sobre o tema como livros, artigos, fontes eletrônicas, documentários, vídeos, jornais que abordem o tema proposto.

É um trabalho de cunho qualitativo, de caráter histórico-bibliográfico que será fundamentado em autores de comprovada autoridade e relevância acerca da temática Movimentos Sociais.

A fim de abordar a relevância dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o trabalho abordará no seu

desenvolvimento, num primeiro momento a trajetória histórica da modernização da agricultura no Brasil e seus impactos socioeconômicos, principalmente para os pequenos agricultores, baseado em autores como José Graziano da Silva e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

No segundo momento, abordará o conceito de Movimentos Sociais e a trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, baseado em Antony Giddens, Fernando Portela, Bernardo Mançano Fernandes e Roseli Salete Caldart.

No terceiro e último tema será abordado os resultados da atuação dos movimentos sociais, especificamente, nesse caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), discorrendo a realidade pesquisada sobre alguns assentamentos rurais, sua estrutura, organização e produção, através de fontes coletadas em documentários, vídeos, livros, artigos, jornais e visitas já realizadas aos mesmos, como no Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul, Paraná.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E A LUTA POR JUSTICA SOCIAL NO CAMPO. O CASO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS (MST)

A modernização da agricultura no Brasil e suas consequências socioeconômicas para a população do campo.

A modernização da agricultura que se implantou no Brasil provocou grandes mudanças tecnológicas e socioeconômicas.

Para Oliveira (1987), o processo de industrialização introduzido no campo trouxe profundas mudanças nas relações de produção na agricultura e redefiniu toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Adotada na década de 1950, a modernização da agricultura mudou completamente o cenário agropecuário brasileiro. Com a introdução intensiva de tecnologias modernas e insumos na agropecuária, a produção aumentou num ritmo considerável, em pouco tempo.

Se por um lado, a modernização da agricultura aumentou a produção agropecuária em menor tempo e melhorou as condições de enfrentamento dos fatores naturais pelos produtores, por outro causou impactos socioeconômicos e ambientais, agravando ainda mais a questão agrária, pelo modo como se expandiram as relações

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a luta por justiça social no campo

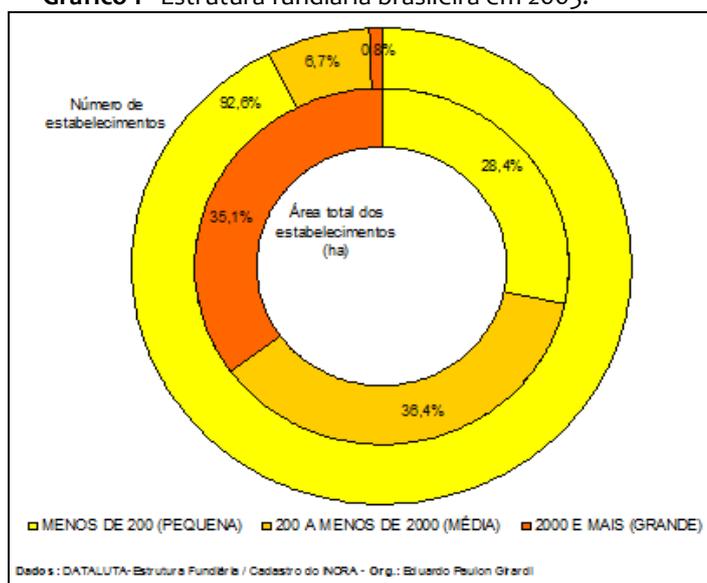
capitalistas no campo.

Como afirma Silva,

O desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que incorporou máquinas, fertilizantes e outros insumos modernos, modificou profundamente a base técnica de produção de algumas regiões do Brasil, especialmente a Centro-Sul. O resultado foi uma alteração nas relações de trabalho existentes no campo, traduzidas na disseminação do assalariamento temporário por todo o país e tipos de propriedade (SILVA, 1980, p. 87).

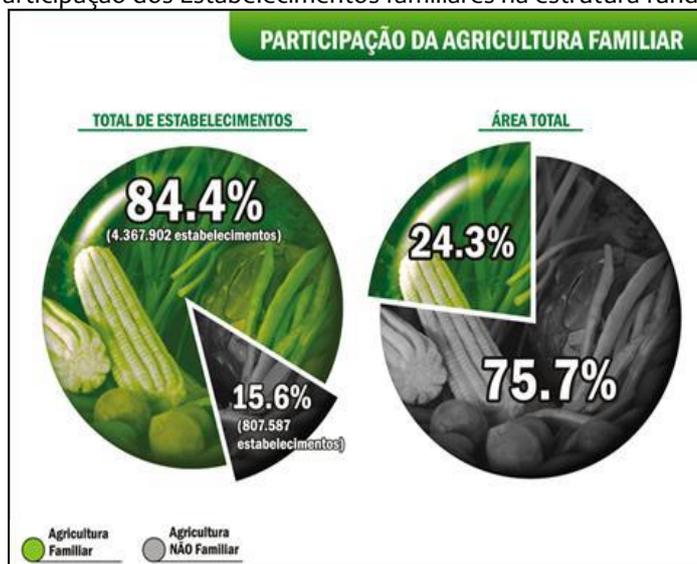
Esse fato acentuou as desigualdades sociais e resultou na concentração da propriedade da terra, conforme demonstram os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Estrutura fundiária brasileira em 2003.



Fonte: GIRARDI, 2008.

Gráfico 2 - Participação dos Estabelecimentos familiares na estrutura fundiária brasileira



Fonte: MDA, Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.

Como se pode observar no gráfico 01,

Em 2003 os imóveis pequenos (menos de 200 ha) representavam 92,56% do número total de imóveis e apenas 28,42% da área total, perfazendo uma área média de 30 ha. Ao contrário, os imóveis médios e grandes (200 ha ou mais) correspondiam a 7,44% dos imóveis e 71,57% da área total, resultando em uma área média de 938 ha. (GIRARDI, 2008, p. 04)

O gráfico 2, reforça o que revela o gráfico 1, mostrando claramente que a concentração fundiária ainda é realidade no Brasil.

Os dados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha e a dos não familiares, de 309,18 ha. (MDA, Censo Agropecuário, 2006, p. 3)

No Estado do Paraná e região a realidade da concentração fundiária, também é grande. As micro e pequenas propriedades são predominantes no Estado do Paraná e região, se levados em conta o total de famílias. Entretanto a área ocupada por essas propriedades é muito inferior se comparadas a grande propriedade, como mostram os quadros 1 e 2 a seguir,

Quadro 1: Estabelecimentos e área da agricultura familiar no Paraná

| Unidade da federação | Agricultura familiar – Lei nº 11.326 | | Não familiar | |
|----------------------|--------------------------------------|-----------|------------------|------------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Paraná | 302 907 | 4 249 882 | 68 144 | 11 036 652 |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. (Adaptação)

No quadro 1, o número de estabelecimentos familiares é de 302.907, ocupando uma área de 4.249.882, enquanto, somente 68.144 estabelecimentos não familiares, ocupam uma área total de 11.036.652, ou seja, uma área mais que o dobro da área ocupada pela agricultura familiar para um número de famílias aproximadamente quatro vezes menor.

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a luta por justiça social no campo

Quadro 2: Estrutura agrária conforme o total de famílias no território Paraná Centro

| Município | Até 05 ha | | 05 a 20 ha | | 20 a 50 ha | | 50 a 100 ha | | Mais de 100 ha | | Total de famílias |
|---------------------------------|--------------|-------------|---------------|-------------|--------------|-------------|--------------|------------|----------------|------------|-------------------|
| | Famílias | % | Famílias | % | Famílias | % | Famílias | % | Famílias | % | |
| Altamira do Paraná | 842 | 53,8 | 490 | 31,3 | 138 | 8,8 | 36 | 2,3 | 60 | 3,8 | 1.566 |
| Boa Ventura do São Roque | 285 | 24,1 | 454 | 38,4 | 245 | 20,7 | 88 | 7,5 | 109 | 9,2 | 1.181 |
| Campina do Simão | 511 | 54,1 | 237 | 25,1 | 95 | 10,1 | 35 | 3,7 | 67 | 7,1 | 945 |
| Cândido de Abreu | 1.012 | 30,1 | 1.181 | 35,2 | 669 | 19,9 | 225 | 6,7 | 272 | 8,1 | 3.359 |
| Iretama | 309 | 21,9 | 666 | 47,2 | 252 | 17,9 | 75 | 5,3 | 109 | 7,7 | 1.411 |
| Laranjal | 327 | 28,8 | 502 | 44,2 | 166 | 14,6 | 53 | 4,7 | 88 | 7,8 | 1.136 |
| Manoel Ribas | 220 | 15,6 | 571 | 40,5 | 442 | 31,3 | 104 | 7,4 | 74 | 5,2 | 1.411 |
| Mato Rico | 239 | 25,0 | 407 | 42,6 | 178 | 18,6 | 74 | 7,7 | 58 | 6,1 | 956 |
| Nova Cantu | 190 | 16,9 | 534 | 47,6 | 234 | 20,9 | 70 | 6,2 | 93 | 8,3 | 1.121 |
| Nova Tebas | 669 | 35,6 | 827 | 44,0 | 217 | 11,6 | 68 | 3,6 | 97 | 5,2 | 1.878 |
| Palmital | 619 | 29,6 | 802 | 38,4 | 384 | 18,4 | 134 | 6,4 | 151 | 7,2 | 2.090 |
| Pitanga | 994 | 23,8 | 1.724 | 41,3 | 850 | 20,4 | 322 | 7,7 | 283 | 6,8 | 4.173 |
| Rio Branco do Ivaí | 240 | 30,0 | 280 | 35,0 | 160 | 20,0 | 56 | 7,0 | 64 | 8,0 | 800 |
| Roncador | 304 | 20,1 | 710 | 46,9 | 279 | 18,4 | 103 | 6,8 | 118 | 7,8 | 1.514 |
| Rosário do Ivaí | 199 | 18,2 | 552 | 50,5 | 233 | 21,3 | 44 | 4,0 | 64 | 5,9 | 1.092 |
| Santa Maria do Oeste | 709 | 28,4 | 1.026 | 41,1 | 444 | 17,8 | 166 | 6,7 | 151 | 6,1 | 2.496 |
| Turvo | 453 | 31,6 | 496 | 34,6 | 250 | 17,4 | 108 | 7,5 | 128 | 8,9 | 1.435 |
| Território Paraná Centro | 8.122 | 28,4 | 11.459 | 40,1 | 5.236 | 18,3 | 1.761 | 6,2 | 1.986 | 7,0 | 28.564 |

Fonte: IBGE/PTDRS – Paraná Centro, 2006.

Já o quadro 2 mostra o grande número de micros proprietários na região central do Paraná, onde será desenvolvido o projeto, somando 68% até 20 ha, ou seja, menos que um módulo fiscal, que é de 20 ha para a região em questão.

Os gráficos e quadros apresentados mostram claramente que a concentração fundiária é uma realidade em todo o país, o que levou e tem levado aos sérios problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

Esse modelo de modernização agrícola implantado, seguindo os moldes capitalistas, beneficiou apenas um determinado grupo de produtores e alguns produtos, fortalecendo a monocultura, ou seja, o cultivo de um só produto em grandes extensões de terras. Isso tornou o campo industrializado, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos.

Em meio a todo esse processo, o que ocorre muitas vezes é o endividamento do pequeno produtor, levando-o a ter que vender a sua propriedade e ir para as cidades. Isto contribuiu para o aumento do fenômeno conhecido como êxodo rural, que ocorre quando as pessoas são forçadas a se evadir do campo para as cidades, buscando melhores condições de vida. Silva (1980, p. 104) afirma, que com todo esse processo de modernização, “são expulsas do campo, a cada ano que passa, milhares de famílias, que não têm para onde se dirigir a não ser às favelas das periferias das cidades”.

Todo esse processo de modernização da agricultura com a terra ainda mais

concentrada nas mãos de poucos, o endividamento de muitos agricultores, a subordinação dos mesmos aos interesses do capital, a liberação de mão-de-obra no campo, dentre outros fatores, dispersara milhares de agricultores em busca de novos espaços, contribuindo com o inchamento das cidades. Assim, o processo de modernização da agricultura que se implantou no país, contribuiu para a decadência de um grande número de agricultores, levando-os a se “favelizarem” nas periferias dos grandes centros urbanos, aumentou a pobreza no campo o que contribuiu para o aumento da violência, da criminalidade e da degradação ambiental. (VEIGA, 2000 *apud* BALSAN 2006).

Frente a todos os problemas sociais existentes na atualidade e a questão agrária ainda mais afetada pela modernização agrícola no país, com a concentração da terra muito acentuada, a subordinação do campo ao mercado financeiro e à indústria e o crescente êxodo rural que agravam ainda mais os problemas urbanos, é que surgem nesse cenário os movimentos sociais, lutando por melhorias para as populações menos favorecidas.

Movimentos sociais e a luta por justiça social. O caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Na história contemporânea há diversos exemplos de formas de organizações coletivas, reivindicando as mais diferentes coisas ou ações caracterizando o que é um movimento social.

De acordo com FRANZEN (2005, p. 11), “o movimento social é uma organização da sociedade civil, que se mobiliza, se organiza em torno de uma bandeira, na defesa de uma causa”.

Os movimentos sociais geralmente possuem objetivos comuns a serem alcançados e passam a desenvolver ações conjuntas para realizá-los. Esses grupos surgem buscando modificar a realidade, transformar uma situação, ou ainda o retorno a uma situação anterior, na qual os indivíduos entendem que havia uma melhor condição para suas vidas (PILÃO, 2006).

Todo movimento possui uma reivindicação particular. É essa reivindicação, geralmente das populações pobres e da classe média-baixa, que são a base dos

movimentos populares. “Os movimentos sociais geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população”. (GIDDENS, 2005).

Existem movimentos sociais de todos os moldes e tamanhos, contando com poucas ou milhares de pessoas. Alguns operam dentro da lei, outros de forma ilegal, porém é típico esses movimentos atuarem às margens do que é definido como legalmente admissível pelos governantes de um local ou uma época. (GIDDENS, 2005, p. 357)

Entre os movimentos sociais, um dos mais conhecidos e que luta em prol da população do campo é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) cuja causa é a concretização da Reforma Agrária no país. “Denomina-se Reforma Agrária um conjunto de medidas políticas adotadas para se reformular a estrutura fundiária de um país, isto é, para se redistribuir de modo mais equilibrado as terras agrícolas entre os proprietários”. (PORTELA, 1998, p. 11).

O processo de modernização da agricultura brasileira, transformou totalmente as relações de trabalho no campo. Com a industrialização do setor agrícola surgem os Complexos Agroindustriais e, como consequência disso, verifica-se o agravamento da situação de miséria, êxodo rural e aumento da concentração fundiária no Brasil.

Dessa forma, a bandeira da reforma agrária tem sido empunhada por grande parte dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas. A força com que eles lutam, mostra claramente a ineficiência histórica do poder público na resolução da questão agrária no país.

Diante desse grave quadro existente, onde os problemas sociais no campo brasileiro são imensos, torna-se importante a luta dos movimentos sociais na busca de mudanças na estrutura socioeconômica do país. A realização de uma reforma agrária eficiente surge como uma das alternativas para resolver grande parte dos problemas socioeconômicos do Brasil, pois ela representa a questão da justiça no campo. Ela restabelece a democracia com a participação camponesa na terra (BALDUÍNO, 2006). Além de minimizar os conflitos no campo, pela posse da terra.

Infelizmente os movimentos sociais não são bem vistos aos olhos de grande parte da população brasileira, pois há uma ideologia por trás, visto que “os grandes meios de comunicação, apoiados por certas elites econômicas, não querem mudança e

geralmente apresentam os movimentos sociais como desordeiros” (FRANZEN, 2005, p. 11).

Então existe um projeto de criminalização dos movimentos sociais por parte da mídia brasileira, mostrando só o lado ruim dos mesmos, usando termos pejorativos que passam a imagem de "baderneiros", "destruidores", fazendo a população acreditar que os movimentos sociais são ruins, que não estão lutando por uma causa justa.

Mas na verdade, eles efetivamente lutam para desordenar uma ordem de exclusão, de empobrecimento da população, uma ordem econômica que não promove a distribuição de renda, ou uma economia distributiva, que faz com que muitos fiquem sem moradia, sendo, portanto na prática um instrumento de democracia.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) surgiu da articulação das lutas pela terra em nosso país, retomadas a partir da década de 1970, principalmente na região centro-sul do Brasil. Assim o MST nasceu entre os anos de 1979 a 1984, tendo sua criação formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, ocorrido de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná, que reuniu 12 estados os quais já realizavam ocupações de terras (CALDART, 2004).

De acordo com o site do MST, em 1984, os trabalhadores rurais foram protagonistas da luta pela democracia da terra, que se concretizou no encontro nacional mencionado acima. Ali foi o momento de fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais, que são: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

O fato que levou os trabalhadores rurais a ir da resistência à luta, fundando o movimento (MST), foi a situação econômica e social pela qual passavam decorrentes das transformações que a agricultura brasileira passou na década de 1970, também chamada de modernização conservadora (CALDART, 2004).

Como já mencionado acima, essa modernização do campo trouxe sérias consequências socioeconômicas para os pequenos trabalhadores rurais, onde muitos foram praticamente expulsos do campo, tendo assim que integrar programas de colonização e se dirigir para os grandes centros urbanos.

Toda essa situação e a ausência de alternativas levaram grande massa da população atingida pela expropriação da terra a lutar por ela em seu próprio local de moradia. "Assim se constituiu a base social que gerou ou que permitiu o nascimento do

MST: do aumento brusco da concentração da propriedade de terra e do número de trabalhadores rurais sem-terra [...]" (CALDART, p. 104, 2004).

O MST é um movimento social de fundamental importância para realizar justiça social no campo e por isso que incomoda tanto os poderosos, a elite e os governantes do país, pois "as elites brasileiras tentam induzir a ideia de que a ocupação do latifúndio é incompatível com a índole pacífica do povo brasileiro, [...]" (CALDART, p. 27, 2004). Dessa forma,

[...] esse movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas principalmente, os personagens que fazem entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas. (CALDART, p. 27, 2004)

O MST é um movimento de referência para o mundo no combate ao modelo capitalista atual. É um movimento que tem sua raiz na luta do campesinato brasileiro. Como afirma o antropólogo e político Darcy Ribeiro *apud* Caldart, "o Movimento Sem Terra é uma das coisas mais importantes que já aconteceram no Brasil. E muitos de nós guardamos no coração uma grande esperança neles, para abrigar o Brasil e levar a questão agrária a sério" (RIBEIRO *apud* Caldart, 2004, p. 50).

Olhando para o MST desde a sua criação como movimento político e sociocultural, pode-se identificar três momentos distintos, que são: "a articulação nacional da luta pela terra"; a "constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento de massas" e por último a "inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil" (CALDART, p. 116-141, 2004)

A luta dos integrantes desse expressivo movimento social é constante, mesmo conquistando a terra não deixam de ser "sem terra" que virou nome símbolo de luta.

Ser sem terra hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela. Sem-terra virou um nome simbólico, referência de luta, de organização, de ética, de cidadania, e até irreverência cultural que altera normas da gramática pela forma do uso social de uma expressão que se tornou nome próprio, mas em uma identidade que transcende a si mesma (CALDART, p. 327, 2004).

Ser sem-terra, dessa forma é ser um lutador permanente e o MST é uma organização duradoura. Assim os integrantes desse movimento combinam duas lições

importantes, primeiro de que "a luta não acaba com a conquista da terra" e segunda de que "a luta também não termina enquanto existirem famílias sem-terra", o que mostra a formação do valor da solidariedade de classes. E nessa luta não está em jogo somente a conquista da terra, visto que "os sem terra não querem apenas a terra, mas também o direito de cidadania plena" (CALDART, p. 141;147, 2004).

Os integrantes do movimento possuem a sua identidade, tanto pela denominação sem-terra quanto pelos seus símbolos, como o boné vermelho, a bandeira e o hino, que trazem consigo as cores (vermelho, branco, preto e verde), representando o símbolo do sangue que corre nas veias e a disposição de lutar, a paz que será conquistada com a justiça social, o luto e a homenagem aqueles que perderam a vida nessa luta pela terra e a esperança na construção de uma sociedade melhor sem latifúndios.

As ocupações de terras feitas pelo MST são sua marca muito forte, " a ação de ocupar uma terra representa, para o trabalhador ou trabalhadora rural que não tem terra o momento de reação contra essa condição social a sua saída do anonimato" (CALDART, p. 167, 2004).

E foi com essas ações do MST de ocupação de terras improdutivas para fins de reforma agrária que ela se concretizou na prática na realização de assentamentos, pois "se os sem-terra não ocupam, o governo não faz nada" (CALDART, p. 27, 2004).

Faz-se necessário, assim a pressão exercida pelo MST para se efetivar a justiça social no campo brasileiro, através das ocupações de terras improdutivas e irregulares a fim de pressionar o governo para se realize o que diz o Art.: 184 da constituição federal brasileira,

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2010)

Como se pode ver compete ao governo fazer a reforma agrária, porém se o movimento social não pressiona, ela não acontece, daí a importância dessa luta a fim de se efetivar o que está na lei. E foram muitas as conquistas do MST ao longo desses anos de lutas, desde a sua criação fundando muitos acampamentos e assentamentos, atendendo muitas famílias que passaram a ter o direito à terra preservado.

De acordo com o site do MST, ele está organizado em 24 estados e nas cinco regiões do Brasil, atendendo atualmente a um total de 350 mil famílias que já conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

E mesmo depois de assentadas as famílias permanecem organizadas no movimento, pois a conquista é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.

Resultados alcançados pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST

Foram identificados e analisados vários assentamentos rurais, que segundo Fernandes, citado por Caldart (2004, p. 185) "do ponto de vista dos movimentos sociais que fazem a luta pela terra, um assentamento é sinônimo de terra conquistada". E uma das características dos assentamentos ligados ao MST, segundo Caldart (p. 187, 2004), "é sua preocupação com a organização da produção [...] e a organização da vida no assentamento como um todo, relacionada à própria estratégia de luta mais ampla do Movimento".

O assentamento, segundo Caldart (2004), é um processo de transição, transformação, de organização do território e do espaço agrário, onde o latifúndio se transforma em um espaço onde passam a viver muitas famílias, unidas entre si, nos mais diversos tipos e tamanhos de assentamentos. Cada um organizado a seu modo onde uns utilizam a terra de forma coletiva, outros de forma individual.

Através dos resultados obtidos pelas pesquisas feitas de alguns assentamentos rurais do MST e de conhecimento próprio dos mesmos, por visitas feitas, os dados comprovam a viabilidade dos mesmos para o desenvolvimento socioeconômicos dos municípios e região onde estão inseridos.

Como um dos exemplos pesquisados em reportagens e também de conhecimento pessoal, através de visitas já realizadas ao mesmo, é o assentamento 8 de junho em Laranjeiras do Sul, no Paraná, o mesmo foi fundado no ano de 1997 e conta com uma cooperativa forte a Coperjunho que comercializa, produtos de horticultura, derivados do leite e panificação em sua cozinha industrial.

O assentamento conta com excelente estrutura física, possuem além da cozinha

industrial para panificação, que funciona no barracão comunitário, um laticínio e um laboratório de homeopatia animal, que ganharam da Nestlé.

Também os assentados doaram uma área de terras dentro do assentamento para ser instalada a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que oferta cursos para atender a demanda da região, que é a formação de filhos de agricultores familiares.

Houve toda uma discussão entre o MST e outras entidades ligadas ao campo para que se instalasse essa universidade Federal nesse local, para que atendesse essa região central e sul do Paraná, carente de cursos voltados para atender filhos de agricultores familiares. Dessa forma os cursos da universidade voltam-se para a realidade da região, trabalhando de uma forma diferenciada que atenda a sua clientela.

A Coperjunho, cooperativa dos agricultores do assentamento 8 de junho também abastece a cantina da universidade com seus produtos, além da feira que realiza semanalmente no assentamento e na sede do município de Laranjeiras do Sul, atendendo a toda a população local, com produtos orgânicos de alta qualidade.

Também outro Assentamento pesquisado, no vídeo documentário: A luta pela terra, realizado pelo Governo do Estado do Paraná, é o de Querência do Norte no Paraná, através da organização das famílias, os assentados conseguiram êxito, alguns assentados trabalham em sociedade para adquirir maquinários para a lavoura, sendo o plantio de arroz bem forte entre eles. Também produzem leite orgânico e possuem uma queijaria, com produtos de alta qualidade, para comercialização, a qual é feita por meio de uma cooperativa dos assentados a COANA, que além da comercialização dos produtos, também cuida da assistência técnica e também da parte jurídica da mesma.

E os assentados reforçam nos seus depoimentos no vídeo, o preconceito que sofrem pela sociedade, por onde chegam, principalmente se estão com os símbolos do movimento, como o boné vermelho ou camiseta e também da mídia não mostrar esses dados da produção dos assentados, deles trabalhando, colhendo. Assim, segundo os assentados, a sociedade não conhece essa realidade, sendo a única imagem passada para a sociedade, quando vem a polícia fazer despejo.

De acordo com depoimentos de assentados no vídeo, o mesmo trouxe muito desenvolvimento para o município após sua implantação, sendo que o ICMS de Querência do Norte saltou de 500 mil para quase 3 milhões após o assentamento, o que comprova como eles são importantes para o desenvolvimento, tanto dos municípios quanto da

região onde estão inseridos.

Além do município de Querência do Norte, o vídeo também mostra um assentamento de Paranacity, onde os agricultores trabalham a propriedade da terra de forma coletiva. Assim toda a infraestrutura é comum, os formatos das casas são iguais, possuem um refeitório, para as refeições de todos, um curral para o gado, uma única horta e toda a produção é comercializada por meio de uma cooperativa forte a Cooperativa Agroindustrial Vitória - COPAVI de Paranacity, na qual as 20 famílias assentadas são sócias.

É um assentamento inovador, pois para economizar energia os assentados trocaram, na fábrica de doces, a eletricidade pela luz solar, criação que teve reconhecimento internacional, pois no ano de 2000 a cooperativa ganhou o prêmio internacional de inovação tecnológica da Associação dos Engenheiros da Catalunha, na Espanha.

Para aumentar seus lucros, os assentados vão até a cidade de Kombi levando sua produção de verduras, panificação para serem comercializados, produtos esses saudáveis, livres de venenos, produzidos de forma ecológica.

Também outra característica forte dos assentamentos, além da conquista da terra, é a preservação do meio ambiente e a busca por um desenvolvimento sustentável, por isso trabalham muito com agricultura orgânica, livre de agrotóxicos que tanto mal fazem para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.

No município onde resido, Santa Maria do Oeste existem 2 assentamentos, abrangendo uma grande área de terras e os assentados contribuem muito com o desenvolvimento municipal, pois investem o seu dinheiro no comércio local, comercializam seus produtos internamente, o que leva o desenvolvimento do município, diferente do caso de antes quando eram fazendas, pois as áreas estavam paradas, improdutivas, não gerando nenhum lucro ou arrecadação para o município e região.

Além desses, existem muitos outros exemplos de assentamentos que produzem de forma sustentável e saudável, trazendo lucros para as famílias assentadas, qualidade de vida e desenvolvimento para a região onde estão inserindo, mostrando assim que a Reforma Agrária dá certo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preconceito vivido pelos movimentos sociais na sociedade brasileira é enorme, visto que a mídia, constantemente reforça a imagem dos seus integrantes como desordeiros, que nada contribuem com a sociedade, ocultando assim, sua real luta e as suas conquistas.

Dessa forma a sociedade os discrimina, por falta de conhecimento das suas ações e os resultados alcançados por eles. Daí a importância de mostrar o que está oculto, principalmente pelos meios de comunicação, prática essa que se tornasse necessária para que a sociedade conheça o outro lado dos fatos e não somente o que a mídia transmite, que é de seu interesse.

E nesse contexto entra o sociólogo e o professor de Sociologia, já que este é um tema atual de grande relevância para ser debatido em todos os âmbitos da sociedade. Assim o profissional de sociologia tem a missão de desconstruir a imagem passada à sociedade a respeito dos movimentos sociais, principalmente o MST, por ser um dos mais expressivos movimentos sociais, mostrando o lado ocultado pela mídia, ou seja, os resultados da luta dessas pessoas.

Através desta pesquisa foi possível ver os resultados alcançados pela atuação do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) na luta por Reforma Agrária e por justiça social no campo.

As conquistas do movimento são muitas, visto que na prática eles dão resultados muito positivos como a produção, organização e a dignidade das famílias, que passam a ter renda e qualidade de vida, a formação de cooperativas, maior exemplo de solidariedade e união das pessoas.

Porém o projeto da grande mídia de ocultar essas conquistas do movimento é a forma que encontram para que a população não conheça essa realidade e para que não se organizem, a exemplo do MST, para a construção de um mundo melhor. Isso não é interesse das elites, uma população organizada, lutando por seus direitos, pois isso iria mexer nos privilégios que alguns poucos possuem na sociedade.

Mas como se viu, através da apresentação dos resultados de alguns assentamentos, é possível sim construir uma sociedade melhor, a partir da luta e organização das pessoas, por isso a importância dos movimentos sociais como exercício

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a luta por justiça social no campo

de cidadania e democracia, o que se vê claramente na organização dos assentamentos analisados.

Portanto, a reforma agrária é necessária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fundamental para que isso ocorra na prática, pois todos os exemplos mostrados, ocorreram pela luta e organização desse movimento. E o que se vê são famílias lutando pelos seus direitos e construindo uma vida melhor, com fartura de produção e organização e acima de tudo podendo se manter no campo com dignidade, renda e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR. Caminhos da Reportagem. Direção: Nereide Beirão. Produção: Patricia Almeida: TV Brasil, 2013 (9:40 mim)

A LUTA PELA TERRA. Direção: Produção: Marion Rocha de Alencar, Edson Rogério Cardoso, Luciano Rassolini, Querência do Norte, Paraná: VBC Produtora e Finalizadora, Governo do Estado do Paraná. [s.d.] (Vídeo documentário, 24:43 mim)

BALDUÍNO, Thomas. Terra para o alimento não para o lucro. In **Jornal Mundo Jovem**, Editora da PUCRS, Rio Grande do Sul, julho de 2006, p. 12-13.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In **CAMPO-TERRITÓRIO – revista de geografia agrária**, v.1, n.2, p. 123-151, ago, 2006. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33803539/mod_agricola.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1494900287&Signature=SHYOWq9XCGxGVyNvLLcQj1a%2Bj4Q%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DIMPACTOS_DECORRENTES_DA_MODERNIZACAO_DA.pdf, acesso dia 15/05/2017.

BRASIL. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Paraná Centro – PTDRS 2006 – 2010. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. /Grupo Gestor do Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural Paraná Centro – FTDRPC. Pitanga: FTDRPC, 2006.

BRASIL,. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf>, acesso dia 15/05/2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. **Senado Federal**. Brasília: Secretaria Especial de Editoriação e Publicações, 2010.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.

FRANZEN, D. M. Movimentos sociais, um exercício de democracia. In **Jornal Mundo Jovem**, Editora da PUCRS, Rio Grande do Sul, novembro de 2005, p. 11.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm. Acesso em 19/05/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil grandes regiões e unidades da federação. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf, acesso dia 15/05/17.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, Ática, 1987.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PILÃO, V. Movimentos Sociais. In **Sociologia/vários autores**. – Curitiba: SEED-PR, 2006.

PORTELLA, F.; FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária**. Série Viagem pela Geografia síntese geográfica. São Paulo: Ática, 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14do-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E%20book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>, acesso dia 18/05/2018

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1980.

SURGE O MST. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>, acesso dai 18/05/2018, acesso dia 18/05/2018.